



BoaPrática Justiça Climática

Plano de Ação de Gênero (PAG)

O Plano de Ação de Gênero (PAG) foi desenvolvido no contexto do Projeto de Gestão de Risco Climático do Bairro Novo do Caximba, em Curitiba, com o objetivo de realocar as 1.693 famílias da Vila 29 de Outubro que vivem em áreas de risco para moradias seguras, além de promover a inclusão social dos/as moradores/as. O PAG foi estruturado a partir de um diagnóstico participativo que identificou as necessidades das mulheres que enfrentam vulnerabilidades socioeconômicas agravadas pela situação ambiental da região. Com uma abordagem intersetorial e de transversalidade de gênero, o PAG foi desenvolvido com a participação de gestores/as públicos/as, especialistas e a comunidade local e inclui nove eixos, com 136 ações voltadas para áreas como educação, saúde, trabalho, segurança alimentar, mobilidade, e participação política. Além disso, busca garantir que as mulheres, em sua diversidade de raça e identidade de gênero, tenham acesso a serviços e políticas públicas que atendam suas reais necessidades. Entre as ações estão o incentivo à economia solidária, a capacitação profissional e o fortalecimento de lideranças juvenis. O PAG conta com o apoio de recursos municipais e da AFD, e é executado por uma equipe intersetorial composta por representantes de diversas secretarias municipais e membros da comunidade. O projeto tem gerado impactos positivos, como o aumento da participação das mulheres em atividades de lazer, esportes e geração de renda, além de avanços na segurança pública. Sua implementação tem contribuído para a construção de um modelo mais inclusivo e sensível às questões de gênero e raça, promovendo maior justiça social e equidade no bairro.

Prefeito: Rafael Valdomiro Greca de Macedo

Município/UF: Curitiba (PR)

População do município: 1.774 habitantes.

Órgão/instituição responsável: Prefeitura de Curitiba - Assessoria de Direitos Humanos - Políticas para Mulheres



Coordenação da boa prática: Elenice Malzoni (Assessora de Direitos Humanos e Políticas Humanas - Prefeitura Municipal de Curitiba)

Órgãos/instituições parceiras: Secretaria Municipal de Segurança Alimentar, Secretaria Municipal de Educação, Unidade Técnica Administrativa de Gerenciamento, Fundação de Ação Social, Secretaria Municipal de Saúde, Companhia de Habitação, Urbanização de Curitiba S.A. (URBS), Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, Administração Regional, Instituto Municipal De Administração Pública (IMAP), Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Fundação Cultural de Curitiba, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação (SMAP), Agência Francesa de Desenvolvimento

Período de implementação: desenvolvimento do plano: de março a novembro 2023; atualmente em fase de implementação.

Contexto

O bairro do Caximba, situado na região sul de Curitiba (PR), passou por um processo de ocupação irregular nos últimos 12 anos. Nesse período, habitações clandestinas foram construídas em áreas de alagamento de uma das maiores bacias hidrográficas do estado, onde os rios Iguaçu e Barigui se encontram. A ocupação local é dividida em seis vilas: 29 de Outubro/Vila Abraão, Cruz, Juliana, Dantas, Espaço Verde e Primeiro de Setembro. A Vila 29 de Outubro, em particular, começou a ser ocupada logo após o fechamento do aterro da região, ocorrido entre os dias 29 e 31 de outubro de 2010, devido à saturação do depósito de resíduos. Situa-se em ambiente frágil, com pontos críticos de vulnerabilidade e maior suscetibilidade a inundações e alagamentos, devido às cavas resultantes da extração de areia, agora utilizadas como depósitos de restos de cons-

trução civil. Para viabilizar essas construções, as cavas foram preenchidas com entulho e resíduos de obras, resultando em moradias precárias à beira do rio, onde é inviável promover a urbanização e implantar saneamento básico e serviços públicos adequados.

Com o objetivo de recuperar a Área de Preservação Ambiental (APA) da área e proporcionar moradia digna e melhores condições de vida para as 1.693 famílias da Vila 29 de Outubro, a Prefeitura de Curitiba buscou apoio da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para financiar o Projeto de Gestão de Risco Climático do Bairro Novo do Caximba (PGRC).

A iniciativa prevê a remoção das famílias que vivem em áreas insalubres e de risco e sua realocação em habitações seguras e adequadas. Além de garantir moradias de qualidade, o projeto também oferecerá programas de capacitação profissional, promovendo a emanci-



pação socioeconômica dos/as moradores/as e incentivando sua integração plena à sociedade. Serão entregues 1.147 novas moradias, e para as outras 546 famílias da Vila 29 de Outubro que moram em locais não sujeitos a alagamentos, o benefício se dará com a regularização de seus terrenos e com obras de pavimentação, redes de drenagem, água e esgoto. Em julho de 2024 ocorreu a primeira entrega do projeto, com a inauguração de 60 habitações, 8% das 752 previstas nas fases 1 e 2.

A partir de uma sinalização da Agência Francesa de Desenvolvimento sobre a importância de incorporar questões de gênero, a Assessoria de Direitos Humanos - Políticas para Mulheres construiu e está implementando o Plano de Ação de Gênero (PAG) no âmbito deste programa.

Essa assessoria tem como responsabilidade realizar articulações com outras secreta-

rias para desenvolver políticas para mulheres e, em parceria com a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), envolvida diretamente com o projeto de realocação dos/as moradores/as, realizou, em novembro de 2022, um mapeamento da população local, incorporando relevantes marcadores sociais de diferença - faixa etária, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, origem étnica, raça, estado civil, responsáveis pelo domicílio, situação de emprego, renda familiar, acesso a programas sociais, escolaridade, pessoas com deficiência e composição familiar - para um diagnóstico mais preciso, o que permitiu a compreensão da situação da comunidade.

Os dados desse mapeamento, que incluiu um universo de 4.299 pessoas e 1.631 famílias, permitiu um diagnóstico da comunidade, revelando um perfil predominantemente jovem e vulnerável. A maioria dos moradores (48,4%)



está em idade ativa (18 a 49 anos), com leve predominância de mulheres (50,7%) em comparação aos homens (46,1%). Há uma concentração significativa de crianças: 20% da população tem entre 0 a 9 anos, muito acima da média de Curitiba (11,9%), demandando políticas de assistência, educação integral e atividades de lazer, atualmente escassas na comunidade.

Os jovens entre 10 e 17 anos representam 16,1% da população, destacando a necessidade de oportunidades educacionais e atividades extracurriculares para seu desenvolvimento, dada a situação de alta vulnerabilidade. A partir dos 18 anos, há uma inversão de proporção, com as mulheres superando o número de homens, o que pode estar relacionado à violência que afeta principalmente jovens negros e periféricos.

Quanto à identidade de gênero, entre os adultos, a maioria se identifica como cisgênero (52,2% mulheres e 46,9% homens), enquanto 97,8% se declaram heterossexuais. Apenas 1,6% da população adulta é LGBTQIA+, com quatro pessoas identificando-se como parte da comunidade trans e duas utilizando nome social.

Em termos de raça, 46,7% da população se autodeclara negra, percentual que representa mais que o dobro da média de Curitiba (19,7%). Isso reflete uma correlação entre vulnerabilidade socioeconômica e raça, afetando principalmente mulheres negras, que enfrentam maiores desafios em termos de emprego e renda.

Esses dados denotam a importância da construção de ações direcionadas para jovens e mulheres nesta localidade, grupos já vulnerabilizados socialmente, e, conseqüentemente, mais sujeitos aos riscos gerados pelas mudanças climáticas e situação socioambiental da região.

Estratégia de implementação

Com o entendimento de que, para além das melhorias habitacionais, alcançar equidade e justiça social exige um novo modelo de atendimento às famílias — que leve em conta suas reais necessidades e inclua uma abordagem interseccional de gênero e outros marcadores sociais, o PAG foi estruturado em nove eixos, integrando 136 ações intersetoriais, que incluem:

- Acesso à Educação e Informação,
- Autonomia,
- Trabalho e Geração de Renda,
- Promoção da Saúde;
- Segurança Alimentar e Nutricional,
- Lazer,
- Esportes,
- Cultura e Bem-estar,
- Mobilidade,
- Participação em Espaços de Tomada de Decisão, e
- Gestão Pública do PGRC.

O plano foi elaborado em um processo de construção coletivo e participativo que envolveu servidores/as, gestores/as, especialistas e a comunidade.

A. Diagnóstico

Para definir as prioridades das ações, foi realizada inicialmente uma consulta pública in loco, na qual participaram em torno de 50 mulheres do bairro do Caximba. Essa consulta envolveu a aplicação de 22 questionários relacionados às 22 secretarias do município sobre as políticas públicas executadas por cada secretaria, além de aproveitar o espaço para tirar dúvidas das comunitárias sobre orientação



sexual, diversidade de gênero, entre outras questões relacionadas à temática. Com esse diagnóstico prévio, foi possível compreender as demandas e reais necessidades das mulheres do território, subsidiando a elaboração das ações do Plano.

B. Formação com equipes técnicas das secretarias para transversalidade de gênero

A partir da contratação de consultoria especializada para auxiliar no processo, foi realizada uma capacitação de gênero com as secretarias que atuam no território via pontos focais que participaram da construção e implementação do plano são profissionais indicados pelas chefias das secretarias que atuam diretamente no território ou possuem ações estruturantes importantes para o projeto. Esses pontos focais foram escolhidos por serem pessoas com conhecimento profundo do território e das famílias atendidas, garantindo que as ações fossem adequadas à realidade local.

A seleção foi validada pelas superintendências das secretarias responsáveis, como Assistência Social, Saúde, Habitação, Educação, Guarda Municipal, e Meio Ambiente. Além dessas, também foram incluídas secretarias e órgãos com ações de alcance mais macro, que não estão cotidianamente no território, como a URBS, SMAP, IMAP e a Assessoria de Direitos Humanos. As representações dessas secretarias foram indicadas por suas superintendências.

A capacitação foi uma etapa crucial para envolver os pontos focais no projeto, de forma que compreendessem a importância da transversalização de gênero nas políticas e, assim, pudessem atender as famílias trazendo a perspectiva racial e de gênero.



C. Construção coletiva e participativa do PAG

A partir dos dados fornecidos pelo diagnóstico realizado pela COHAB e pela consultoria Apoena Socioambiental, com supervisão da Assessoria de Direitos Humanos do município, realizou três oficinas com a equipe das secretarias municipais envolvidas no projeto, nas quais as ações e políticas foram elaboradas de maneira intersetorial e com transversalidade de gênero. Por fim, as ações e metas foram validadas em uma última oficina com a presença de representantes da comunidade, totalizando quatro oficinas no processo de construção do Plano, realizadas no auditório da Rua da Cidadania do Tatuquara, regional que atende o bairro do Caximba.

Assim, em 19 de maio de 2023, aconteceu a primeira oficina com o objetivo de elaborar, de forma participativa, as metas e os indicadores de acompanhamento do PAG. Nas semanas



Boas Práticas Justiça Climática Plano de Ação de Gênero (PAG)

+ IGUAIS

seguintes, a equipe da Prefeitura revisou esses resultados e planejou ações nas matrizes de planejamento disponibilizadas em um drive compartilhado, sob a coordenação da ADH e com o apoio técnico das consultoras da Apoena.

Nos dias 15 e 16 de junho, foram realizadas novas oficinas para que as equipes da prefeitura e da AFD pudessem revisar o planejamento solucionando dúvidas, contestações, sugestões, etc e elaborando novas proposições de ações.

Por fim, no dia 28 de julho de 2023, aconteceu a última oficina, o Workshop de Validação do Plano de Ação de Gênero, que teve como objetivo apresentar, discutir e validar o PAG com a comunidade da Vila 29 de Outubro, representada pelos membros do CRE e por lideranças locais, representantes do Escritório Local da Caximba (ELO)¹ e representantes das secretarias envolvidas no projeto, além de uma representante do Con-



selho Municipal da Mulher, uma vereadora e uma Defensora Pública.

As propostas de ações são diversas e vão desde questões básicas de segurança, como iluminação em pontos de ônibus, passando por aspectos sociais e comportamentais, como rodas de conversa sobre empoderamento e liderança, até abordagens de cidadania e saúde, como a formação em temática de Direitos Humanos nas escolas da Vila e articulação de parcerias com universidades para o atendimento psicológico de alunos/as da rede pública. Um exemplo é a adoção e reconhecimento do nome social no cadastro do paciente nas unidades de saúde.

Atualmente, sete produtos estão sendo executados pelo PAG.

¹ O Escritório Local do Caximba (ELO) é um centro comunitário permanente criado pela Prefeitura de Curitiba para apoiar o projeto de Gestão de Risco Climático no Bairro Novo do Caximba. Funcionando como uma extensão da Companhia de Habitação Popular (Cohab), o ELO oferece atendimento diário à comunidade, atuando como um ponto de comunicação direta entre os moradores e a Prefeitura. Com uma equipe multidisciplinar, o ELO é responsável por esclarecer dúvidas, promover capacitações, organizar oficinas e seminários e realizar reuniões. Além disso, o espaço conta com uma estrutura que inclui salas de atendimento, um miniauditório e um posto da Guarda Municipal, visando fortalecer a integração comunitária e apoiar o plano de reassentamento aprovado pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).



P1 - Plano de trabalho:

Este produto consiste no apoio contínuo às secretarias municipais para a transversalização de gênero nas ações do Projeto de Gestão de Risco Climático (PGRC). Inclui participação em reuniões, facilitação de encontros para escutar a comunidade e avaliar as atividades em andamento, e facilitação de workshops para revisão e atualização anual do Plano de Ação de Gênero (PAG).

P2 - Apoio à gestão do PAG:

Refere-se ao suporte contínuo na implementação e gestão do Plano de Ação de Gênero (PAG), garantindo que as ações sejam executadas de maneira eficiente e com a participação ativa da comunidade e das secretarias envolvidas.

P3 - Lideranças Jovens pelo Clima:

Com o apoio de diversas secretarias, este produto envolve ações com estudantes de uma escola estadual, que aprendem sobre mudanças climáticas e realizam intervenções sociais no bairro, promovendo a reciclagem de resíduos e conscientizando a comunidade sobre problemas de saúde associados ao lixo.

P4 - A Escola por Elas:

Trata-se de uma iniciativa que visa tornar as escolas mais sensíveis ao gênero através da escuta de necessidades das meninas e das funcionárias da escola. O objetivo é identificar e implementar mudanças que tornem o ambiente escolar mais inclusivo e adequado às questões de gênero.

P5 - Oportunidade para as/os jovens da Vila:

Consiste em oficinas para o desenvolvimento de habilidades e competências, além de visitas a espaços de startups na cidade. O objetivo é inspirar os jovens a criar e inovar, e possivelmente desenvolver projetos para melhorar o território em que vivem.

P6 - Incentivo à Economia Solidária e Circular Feminina:

Este produto foca no fortalecimento das mulheres que já desenvolvem ações de economia solidária na comunidade. O objetivo é apoiá-las para que possam expandir suas iniciativas, com a perspectiva de criar cooperativas ou outras formas de organização econômica no futuro.

P7 - Sensibilização, formação e intercâmbios para a gestão do PAG:

Envolve capacitações e intercâmbios entre as secretarias participantes do projeto, visando aprimorar o trabalho em rede e fortalecer as práticas relacionadas à saúde, gênero e meio ambiente. O foco é o desenvolvimento profissional e a integração das ações intersetoriais previstas para o próximo ano.





Recursos para viabilizar a iniciativa

A elaboração e execução do Plano contou com recursos provenientes do orçamento das secretarias municipais, complementados por um cofinanciamento da Agência Francesa de Desenvolvimento, que viabilizou a contratação de uma empresa de consultoria técnica.

No que se refere aos recursos humanos, houve a contratação da consultoria especializada em perspectiva de gênero, responsável pela capacitação e pelo suporte na criação e condução das oficinas. Além disso, foi formada uma equipe intersetorial, composta por representantes das diversas secretarias envolvidas e membros da própria comunidade, além dos pontos focais anteriormente destacados.

Por fim, destaca-se a importância de dispor de um espaço dentro da comunidade para que as atividades ocorressem de maneira contextualizada e enraizada no território, fortalecendo o vínculo com a comunidade local e conferindo maior legitimidade ao processo.

Desafios

Um primeiro desafio identificado pela Assessoria de Direitos Humanos - Políticas para Mulheres logo no início do desenvolvimento do projeto estava relacionado com uma lacuna na compreensão do conceito de gênero pelos/as servidores/as. Uma vez que já existia um histórico de oferta de serviços para mulheres pela Prefeitura, inicialmente, parte dos servidores questionaram a necessidade de um Plano de Ação de Gênero. Neste sentido, as capacitações foram fundamentais para que houvesse um alinhamento quanto ao signifi-

cado de elaborar políticas com transversalidade de gênero, ou seja, ações e políticas intersetoriais que buscam integrar uma análise de gênero em todas as suas etapas, subsidiadas por análises sobre os impactos diferenciais das políticas nas distintas identidades de gênero, e com enfoque na redução das desigualdades de maneira interseccional e sistêmica, e não apenas no grupo específico de mulheres. Com o entendimento dessa diferenciação, foi possível promover uma abordagem intersetorial integrada para elaboração e desenvolvimento do Plano.

No mesmo sentido, relacionado à dificuldade de compreensão do termo gênero, a Assessoria apontou que, apesar das mulheres da comunidade reconhecerem e valorizarem as ações concretas que foram realizadas, ainda há uma certa dificuldade ou distância em relação ao entendimento do conceito de gênero em si. Isto é, enquanto elas conseguem perceber os benefícios práticos das atividades realizadas pelo projeto, o termo ainda soa abstrato. Muitas vezes, termos como esse são percebidos como linguagem técnica ou teórica, especialmente em comunidades que não tiveram contato prévio com discussões desse tipo. Por isso, pode haver uma barreira na compreensão de como essas ideias se aplicam às suas realidades. Por outro lado, as ações concretas do projeto são bem recebidas e fazem sentido para essas mulheres, ou seja, elas reconhecem o valor prático das atividades que foram implementadas, sugerindo que, mesmo que a linguagem teórica em torno do gênero não seja tão clara, elas percebem e valorizam os benefícios tangíveis que essas ações trazem para suas vidas. Isso denota a importância de situar e territorializar o conceito através de abordagem contextual e acessível, conectando-o às experiências diárias das pessoas da comunidade, como proposto no Programa.



Por fim, a Assessoria destaca um desafio crítico relacionado à participação efetiva das mulheres nas ações e programas propostos. Para que essas iniciativas sejam verdadeiramente inclusivas e acessíveis, é imprescindível garantir condições adequadas de suporte e infraestrutura, permitindo que todas, independentemente de suas circunstâncias, possam participar plenamente.

Foi apontado que muitas mulheres da comunidade enfrentam barreiras práticas, como a falta de transporte ou recursos para alimentação durante as atividades, o que pode limitar significativamente sua participação. Além disso, uma parte expressiva é analfabeta, o que demanda não apenas programas de alfabetização, mas também suporte contínuo para que tenham condições de estudar e se capacitar.

Outro aspecto essencial é a necessidade de uma estrutura física e de pessoal adequada para apoiar mulheres que têm filhos pequenos, já que muitas não dispõem de uma rede de apoio familiar ou comunitária para cuidar das crianças enquanto participam das atividades oferecidas. Nesse sentido, é fundamental que os programas contem com espaços de acolhimento infantil e cuidadores/as capacitados/as, permitindo que essas mulheres possam se engajar sem se preocupar com quem ficará responsável por seus filhos/as.

Esses aspectos apontam para a necessidade de um planejamento integrado entre políticas públicas locais, como o apoio das prefeituras, para suprir essas demandas. Sem essa articulação, as barreiras logísticas e estruturais persistem, comprometendo a inclusão da comunidade e, por consequência, o sucesso das iniciativas que visam promover sua participação ativa.



Resultados

A Assessoria de Direitos Humanos realizou o primeiro monitoramento das ações do Plano em junho deste ano, com o primeiro semestre de sua execução, e um novo monitoramento foi realizado em outubro, no qual já foi possível ter mais consistência das informações relacionadas aos resultados dos projetos de maneira qualitativa. Até agora, foi percebida a priorização de mulheres e demais públicos prioritários nas políticas de esporte e lazer, com a ampliação do acesso aos serviços e reconfiguração dos espaços no próprio território do bairro, por meio de ocupação de salas nas escolas e no CRAS, bem como a realização de ações em parceria com a Assistência Social.

Com a participação de jovens no projeto Jovens pelo Clima, notou-se maior interesse e engajamento da juventude nas escolas. Também estão sendo realizados cursos voltados para mulheres e esforços para incluí-las em espaços participativos e iniciativas de economia circular, de modo a ampliar seu protagonismo e renda.

A segurança pública, por meio da Guarda Municipal da Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito, tem aprimorado seu enfoque ao receber capacitações relacionadas à temática de gênero. Com essa nova perspec-



tiva, a Guarda ampliará as rondas em horários de maior risco para mulheres, especialmente quando estão a caminho da escola ou do trabalho, reforçando a proteção e garantindo maior segurança nesses trajetos. As políticas públicas de Segurança Alimentar têm desenvolvido atividades que fortalecem mulheres e ampliam suas possibilidades de melhoria na qualidade alimentar e de vida. Além disso, a comunidade está começando a se apropriar e compreender melhor as questões de gênero, através de ações e benefícios tangíveis das políticas.

Ao incorporar a transversalidade de gênero com uma perspectiva interseccional, houve uma reconfiguração na forma de atuação das políticas públicas naquele território, além do fortalecimento do diálogo e da atuação inter-setorial da Prefeitura.

Por onde começar

1 Consulta inicial à comunidade para mapeamento de demandas: Realizar reuniões e consultas públicas presenciais com moradores/as do território, garantindo a participação ativa de grupos diversos (mulheres, jovens, idosos). Aplicar questionários que envolvam as secretarias municipais, identificando lacunas e necessidades em políticas públicas. Utilizar esses encontros para dialogar sobre questões de gênero, orientação sexual e diversidade, proporcionando um espaço seguro para tirar dúvidas e coletar sugestões.

2 Formação de uma equipe intersetorial e representativa e capacitação em gênero e interseccionalidade para a equipe técnica: Compor uma equipe com representantes de diversas secretarias (Saúde, Educação, Assistência Social, Habitação, etc.) e membros da comunidade para promover a integração de diferentes perspectivas. Selecio-

nar membros da Comissão Representante da Comunidade (CRE) com base em critérios de diversidade de gênero, raça e identidade. Contratar consultorias especializadas para capacitar servidores públicos, gestores e pontos focais do projeto sobre a importância da transversalidade de gênero e interseccionalidade. Sensibilizar a equipe para a importância de integrar a perspectiva de gênero nas políticas públicas, considerando também marcadores sociais como raça, classe e idade.

3 Elaboração participativa de políticas e ações: Realizar oficinas intersetoriais com representantes do governo municipal e da comunidade para definir e construir as ações do Plano. Desenvolver essas oficinas em espaços comunitários, como o CRAS, para fortalecer o vínculo territorial e a legitimidade do processo. Validar as ações e metas propostas em uma última oficina com todos os participantes, garantindo a devolutiva e o engajamento contínuo.

4 Definição e implementação de indicadores de monitoramento e avaliação: Estabelecer, desde o início, indicadores qualitativos e quantitativos para avaliar a execução das ações e políticas, garantindo um acompanhamento sistemático do impacto. Implementar um sistema de monitoramento contínuo para ajustes e melhorias nas políticas, de acordo com os feedbacks da comunidade e dados coletados.

5 Criação de espaços de devolutiva e validação com a comunidade: Organizar reuniões periódicas com a comunidade para apresentar os avanços, coletar novas demandas e ajustar o plano conforme necessário. Promover rodas de conversa e encontros comunitários sobre temas de empoderamento, direitos humanos e saúde.

Boa Prática Justiça Climática Plano de Ação de Gênero - Curitiba

Para saber mais:



Contato: Elenice Malzoni - Assessora de Direitos Humanos e Políticas Humanas - Prefeitura Municipal de Curitiba
emalzoni@curitiba.pr.gov.br

Renata Cristina Carneiro - Assistente Social na Assessoria de Direitos Humanos - Políticas para Mulheres - Prefeitura Municipal de Curitiba e coordenadora do Plano de Ações de Gênero.
recarneiro@curitiba.pr.gov.br



Site:
<https://utag.ippuc.org.br/index.php/novo-caximba-afd>



Referências:
<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/plano-de-acao-de-genero-entra-em-nova-fase-no-bairro-novo-da-caximba-em-curitiba/73849>

<https://cgn.inf.br/noticia/1191166/caximba-formata-plano-de-acao-de-genero-e-elencas-acoes-e-desafios-para-os-proximos-anos>

<https://cgn.inf.br/noticia/954158/curitiba-inclusao-social-e-a-argamassa-das-obras-do-bairro-novo-do-caximba>

<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/plano-de-acao-de-genero-da-caximba-e-apresentado-a-comunidade/69628>

<https://cgn.inf.br/noticia/1355832/concluido-plano-de-acao-de-genero-para-o-bairro-novo-da-caximba-entra-na-fase-de-execucao>

<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/especiais/bairro-novo-do-caximba/19#:~:text=Trata%2Dse%20da%20maior%20interven%C3%A7%C3%A3o,e%20humana%20da%20comunidade%20local.>

<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/greca-inaugura-escritorio-local-para-atender-moradores-do-caximba/61399>

<https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/prefeitura-entrega-primeiras-casas-do-bairro-novo-da-caximba/>

CRÉDITOS

Pesquisa e redação **Lígia Amoroso Galbiati**

Revisão Técnica **Aline Martins, Marina Barros e Walquiria Tiburcio**

Projeto e diagramação **Daniela Knorr**

Fotografias **Apoena Socioambiental, Prefeitura de Curitiba**